CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 141/90 - PROC. SE nº 405/90

INTERESSADA: TATIANE MARTINS SANTORO

ASSUNTO: Recurso contra Avaliação Final - EEPG "Prof. Orosimbo Maia"/Campinas

RELATORA: CONS^a DOMINGAS MARIA DO CARMO RODRIGUES PRIMIANO

PARECER CEE Nº 349 /90 - - APROVADO EM 25/04/1990.

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

A Sra. Ionice Marins Batista, mãe da aluna Tatiane Marins Santoro, em 20/12/89 solicitou, junto à direção da EEPG Prof. Orosimbo Maia, reconsideração da decisão do Conselho de Classe, reprovando sua filha na 7ª série, em Matemática, mas a decisão foi mantida.

Inconformada com o resultado, a mãe apresentou recurso, datado de 29/12/89, ao Delegado da 2ª DE de Campinas, e, também nesta instância foi mantida a reprovação de Tatiane Marins Santoro na 7ª série do 1º grau, em decorrência do resultado obtido na avaliação final de Matemática.

Em 15/1/90, a mãe da aluna tomou ciência do indeferimento que a 2ª DE de Campinas deu ao seu pedido, e, datado de 16/1/90 apresentou novo recurso à instância superior.

- Os autos chegaram ao CEE, instruídos com:

- . requerimentos da interessada (fls. 1 a 3);
- . declaração do professor particular de Matemática (fls.4);
- . cópias das Atas dos Conselhos de Classe/Série (fls.6 a 18);
- . Plano de Recuperação de Matemática (fls. 19 e 20);
- . Provas de Recuperação de Matemática (fls. 21 a 23);
- . ficha individual da Aluna (fls. 24);
- . informação da Escola (fls. 25);
- . informação e parecer do Supervisor de Ensino (fls.26 a 29);
- . despacho da Delegada (fls. 30);
- . requerimento da interessada (fls. 31 e 32);
- . histórico escolar (fls. 33);
- . cópias do Diário de Classe de Matemática (fls. 34 a 44);
- . Plano de Ensino de Matemática (fls. 45 a 46);
- . Plano da Escola de 1989 (fls. 47 a 114).

2. APRECIACÃO

1. Tem sido norma deste Conselho não interferir no processo de avaliação das escolas, a não ser quando há indícios de atitude discriminatória em relação ao aluno e/ou quando há infringência às normas do processo de avaliação e recuperação e/ou quando não foi levado em conta o desempenho global do aluno.

2. Conforme a Lei Federal 5692/71 "a verificação do rendimento ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos compreendendo a avaliação do aproveitamento e apuração da assiduidade" (art. 14). No âmbito das escolas estaduais de 1º grau as normas de verificação do rendimento são as contidas no Regimento Comum (Decreto Estadual 10.623/77).

3. O recurso chegou ao CEE, após indeferimentos de pedidos de reconsideração da reprovação de Tatiane Marins Santoro, na 7ª série, em Matemática. Na escola, a decisão da direção foi manter a retenção seguindo pronunciamento do Conselho de Classe, em reunião especial aos 22.12.89. Em nível da 2ª DE de Campinas, o Delegado indeferiu o recurso acolhendo integralmente o parecer do Supervisor de Ensino onde, em resumo, ele alegou que os atos formais foram desenvolvidos dentro do legislação vigente e que houve zelo, por parte da Escola, no cumprimento às exigências legais."

4. O exame das peças que instruíram o processo em pauta permitiu identificar o que segue:

4.1 no 1º bimestre, as aulas de Matemática da 7ª A passaram a ocorrer com regularidade a partir de 18/4, e, das 44 aulas previstas 15 foram dadas (fls. 36);

4.2 no período de 2/5 a 10/7, as aulas foram interrompidas por greve (fls. 38), e, recomeçaram, em caráter intensivo, com reposição, aos 11/7 (fls. 38) indo até 13/12, totalizando 107 aulas dadas nos 3 últimos bimestres (fls. 38, 40 e 42);

4.3 o término do 4º bimestre, conforme está registrado, ocorreu em 13/12/89; ocasião em que consta freqüência dos alunos da classe para atividade de avaliação (fls. 41 e 42);

4.4 de acordo com a ata, a reunião do Conselho de Classe que antecede a Recuperação Final destinada a deliberar sobre o aproveitamento de aluno, analisando os resultados obtidos nos 4 bimestres e o conceito final atribuído pelo professor, ocorreu em 7/12 (fls.6);

4:5 o Plano de Recuperação de Matemática (fls. 19 e 20), que não indica o número de aulas nem o período de sua realização, abrange praticamente todos os itens de conteúdo que foram ministrados durante mais de 100 aulas (fls. 36, 38, 40 e 42) e que estavam arrolados no Plano de Ensino de Matemática (fls. 45 a 46);

4.6 o Calendário encartado no Plano Escolar homologado em 25-9-89 (fls. 108) previa 5 dias de recuperação, no período de 11 a 15/12, entretanto tal Calendário não apresentou os ajustes decorrentes da reposição de aulas e dias letivos;

4.7 de acordo com a ata, a reunião do Conselho de Classe, pós período de Recuperação Final ocorreu em 18.12.89 (fls. 10).

5. O rendimento global de Tatiane Marins Santoro, em 1989, na 7ª série foi o seguinte:

	P o r t u g u e s	I n g l ê s	E. A r t i s t i c a	E. F í s i c a	H i s t ó r i a	G e o g r a f i a	M a t e m á t i c a	C i ê n c i a s F. B. P. S.	D e s. G e o m é t r i c o
10.bi.	C	C	B	B	C	D	C	D	B
20 bi.	C	C	A	B	D	D	D	D	B
30 bi.	C	B	A	B	C	C	D	B	A
40 bi.	C	B	B	A	B	C	D	C	A
Menção final	C	C	B	A	C	D	D	C	B
1º Cons. Classe	-	-	-	-	-	-	-	C	-
Recuperação	-	-	-	-	-	C	D	-	-

Pelo quadro, verifica-se que a aluna obteve nos 4 bimestres: 5 conceitos A, 11 conceitos B, 12 conceitos C e 8 conceitos D. Assim, no conjunto dos componentes curriculares da 7ª série, obteve 77,78% de conceitos compreendidos entre A, B e C indicadores de condições de promoção A e apenas 22,22% de conceito D.

6. Consta nos autos informação de que a aluna recebeu acompanhamento através de professor particular (fls. 4) e seu depoimento sobre o desempenho da aluna em Matemática.

7. Alerta-se a 2ª DE de Campinas sobre a necessidade de reiterar junto a suas escolas o cumprimento à norma do Parecer CEE 1660/87, referente ao desempenho global do aluno quando da decisão sobre promoção.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto:

1. defere-se o pedido da Sra. Ionice Marins Batista, mãe de TATIANE MARINS SANTORO, aluna retida na 7ª série do 1º grau, em 1989, na EEPG Prof. Orosimbo Maia da 2ª DE de Campinas, DRE de Campinas.

2. autoriza-se a matrícula de TATIANE MARINS SANTORO na 8ª série do 1º grau, em 1990, computando sua freqüência no presente ano, cabendo à escola efetuar os necessários procedimentos de adaptação e recuperação na série.

São Paulo, 18 de abril de 1990

a) Consª Domingas Maria do C. R. Primiano
Relatora

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto dp Relator.

Foi voto vencido o Conselheiro Yugo Okida.

Sala "Carlos Pasquale", em 25 de abril de 1990.

a) Consº Francisco Aparecido Cordão
Presidente